

O NETO DE ESCRAVOS QUE FOI UM DOS MAIORES EDITORES DO BRASIL IMPERIAL

GODOI, Rodrigo Camargo. *Um editor no império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2016. 392p.

*E*ste retrato de corpo inteiro de Francisco de Paula Brito que Rodrigo Camargo de Godoi nos proporciona ilumina aspectos sociais, culturais e políticos da sociedade brasileira do século XIX. No bem-sucedido esforço de estabelecer a genealogia de Paula Brito, o livro recua ao século XVIII nos fornecendo informações relevantes sobre casamentos entre pessoas livres de cor e sua inserção em determinado substrato da população por meio de suas ocupações: o avô, ourives e capitão; o pai, carpinteiro e senhor de pequeno engenho; o primo, livreiro e encadernador. Figuram também mulheres, como a bisavó escrava que ganhara a liberdade depois de ter tido um filho com seu senhor e que, aos 40 anos, vivia de “sua própria obra”. Se, nesse caso específico, não é clara a ocupação, o fato de ter sido alfabetizado pela irmã e de uma de suas filhas ter se tornado professora, inserem Paula Brito em um estrato social modesto no qual, como demonstra Godoi, havia plena consciência do papel da educação

como estratégia de inserção no mundo, inclusive para as mulheres.

Mesmo entre a massa aparentemente indistinta de homens de cor livres, ter nascido da união do senhor com escrava, dependendo do caráter do senhor, podia ser a origem de uma linhagem com chances de alguma acessão social em um Brasil escravocrata. O bisavô materno de Paula Brito, Francisco Pereira de Brito, era um português que viera se estabelecer em Minas Gerais no começo do século XVIII e que teve alguns filhos com escravas. Uma delas, Rosa, foi a mãe de Martinho, avô de Paula Brito. Alforriados, mãe e filho, adotaram o sobrenome Pereira de Brito. Com quatorze anos, Martinho veio para o Rio de Janeiro exercer o ofício de ourives, ingressando depois no batalhão dos pardos onde obteve a patente de capitão. Profissional de valor, Martinho trabalhou com mestre Valentim moldando alguns candelabros de prata para a capela maior do mosteiro de São Bento.

Do casamento de Martinho com

outra moça parda, filha de mãe negra e solteira, ambas forras, nasceu, entre outros, Maria Joaquina que, por sua vez, se casou com o carpinteiro Jacinto Antunes Duarte, também pardo, também forro, filho de mãe escrava. Deviam ter alguns recursos pois, em 1815, quando Paula Brito, um dos filhos mais novos do casal, tinha seis anos, a família se mudou para Magé, no atual Estado do Rio, onde Jacinto arrendara um engenho. Em 1823, Paula Brito, que aprendera as primeiras letras com uma irmã, veio para a Corte morar com o avô, Martinho, logo sendo empregado em uma botica. Permaneceu pouco tempo nesse emprego pois, no ano seguinte, 1824, ingressou como aprendiz na Tipografia Imperial e Nacional.

O papel da tipografia para a formação e o desenvolvimento de meninos de origem modesta é um dos temas trabalhados neste livro. Um dos argumentos usados por Paula Brito em defesa de seus projetos empresariais tipográficos era o caráter educativo da atividade em que, graças a expansão do mercado editorial, havia lugar para acolher muitos jovens aprendizes. Justiniano José da Rocha, amigo e correligionário de Paula Brito, ao criticar decreto de 1844 do ministro Alves Branco que estabelecia tributo sobre o número de empregados nos estabelecimentos tipográficos, diria que: “cada tipografia é uma escola, onde uma multidão de meninos vão aprender esse ofício” (p. 146). A própria história de Paula Brito era

a prova disto. Quatro anos de trabalho na Tipografia Imperial, seguidos de passagem pela oficina do francês Ogier e, finalmente, um emprego como administrador da repartição de prelos, entre 1827 e 1830, nas oficinas de outro francês, Plancher, o habilitaram como bom profissional do ramo. Também o cotidiano de trabalho dedicado às letras na forma física dos tipos e, principalmente, nos tantos textos que lhe passaram pelas mãos, propiciando-lhe acesso direto a uma cultura superior, permitiu a Paula Brito ser acolhido na sociedade dos letrados, onde a cor da pele não tinha o mesmo impacto negativo que tinha em outros ambientes frequentados pela elite brasileira.

A vida de Paula Brito é também um exemplo de como, na primeira metade do século XIX, a questão da cor da pele foi um tema complexo. A cor da pele não seria empecilho para que um adolescente pardo, aprendiz de tipógrafo em um Brasil que acabara de declarar sua independência, caísse nas graças dos jovens irmãos livreiros Evaristo e João Pedro da Veiga. O menino poeta de 14 anos teve suas poesias apreciadas por Evaristo e contou com o apoio de João Pedro para publicar “versos patrióticos” em 1831. Mesmo nas disputas entre portugueses e brasileiros nos dias 13, 14 e 15 de março de 1831, episódio que passou à história com o nome de Noite das Garrafadas, a identidade brasileira esteve mais associada ao uso de um singelo chapéu de palha do que à cor da pele dos antagonistas. Mas a divisão

geográfica que cindiu a cidade entre os “capitalistas” da rua da Quitanda e gente como o livreiro Silvino José de Almeida, primo de Paula Brito, demonstra que a não proclamada divisão racial esteve como causa latente da insatisfação contra os privilégios dos “portugueses”. Logo depois da abdicação, Paula Brito entendeu o recado quando foi ao regente Lima e Silva pleitear um lugar no senado que sabia estar vago e recebeu resposta evasiva. Na verdade, exaltados e moderados, que tinham se unido para derrubar o imperador, se separavam logo em seguida e não era coincidência que os de pele mais escura e extração mais modesta estivessem do lado exaltado. Nos primeiros e agitados anos da Regência, os tantos jornais de vida breve que tiveram por título palavras associadas à cor da pele ou ao caráter mestiço da população são indicadores de que o assunto precisava apenas de ambiente propício para emergir.

Em 7 de abril de 1831, dia em que d. Pedro I foi levado a abdicar do trono, Paula Brito usava o chapéu de palha tradicional dos “exaltados”. Seu avô, Martinho, morrera em 4 de julho de 1830 e ele passara a viver na casa do primo Silvino José de Almeida, estabelecido como livreiro e encadernador na Praça da Constituição, n. 51. No comércio de livros desde 1823, inicialmente na rua dos Inválidos, Silvino se tornara encadernador a partir de 1825. Em 1831, sua loja era uma das que vendia a *Nova luz brasileira*, jornal do boticário Ezequiel Correia Neves,

um dos exaltados que emergiram na imprensa brasileira e que elevavam os ataques a d. Pedro I vários tons acima da valente, mas ponderada, *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga.

A breve passagem de Paula Brito pela Segunda Companhia do Terceiro Batalhão de Caçadores, entre o final de 1830 e abril de 1831, coincide com aquele período de agitação. As informações que deixou sobre aqueles três dias que abalaram a monarquia, não permitiram a Rodrigo Godoi identificar com precisão qual o papel do futuro editor naqueles eventos. Mais tarde, Paula Brito diria que participara do 7 de abril para “vingar-me dos garrafistas de março que pretenderam assassinar meu primo” (p. 63). Compôs, como era então moda, um “Hino ao memorável dia 7 de abril de 1831”, em que, bem no estilo da retórica dos exaltados, dizia: “Eis que a Nação libertada/ aclama Pedro Segundo/ nascido nas férteis plagas /do Brasil auri-fecundo” (p. 72).

Segundo Godoi, Paula Brito deve ter se mantido fiel aos exaltados até pelo menos 1833. É o que parecem demonstrar os versos que publicava no jornal editado por ele, *A mulher do Simplício ou a Fluminense Exaltada*, que circulou entre 1832 e 1846. O fato é que a militância exaltada do livreiro/editor e jornalista iria gradativamente minuar diante das dificuldades práticas surgidas a partir da repressão aos jornais promovida durante a segunda regência Feijó. De modo que,

como diz Godoi, a partir de 1835, *A Mulher do Simplicio* podia até continuar fluminense, mas aos poucos deixava de ser exaltada. Paula Brito passaria a flertar com os liberais, especialmente durante a campanha pela maioria de d. Pedro II para, final e definitivamente, aderir aos conservadores. Com eles “permanecendo até o fim da vida” (p. 117).

Aspecto que, se melhor explorado, talvez ajudasse a entender essa evolução política de Paula Brito é sua amizade com Justiniano José da Rocha e, por meio dele, certa aproximação com Bernardo Pereira de Vasconcelos, o liberal que fundara o “Regresso” movimento que daria origem ao Partido Conservador. Talvez a adesão de Paula Brito aos conservadores tenha sido estimulada pela facilidade com que obteve a concessão de sete africanos do gabinete que passara a ser liderado por Vasconcelos, a partir de 19 de setembro de 1837. Diz Godoi que o fato de Paula Brito o ter obtido aquela mão-de-obra que era então muito ambicionada o colocaria “numa posição respeitável no ranking dos arrematantes privados do Rio de Janeiro” (p. 157-8). Depois da lei de 7 de novembro de 1831 que aboliu o tráfico negreiro, os africanos confiscados aos traficantes eram considerados, teoricamente, “livres”. Na prática, só adquiriam a liberdade depois de prestarem quatorze anos de serviços obrigatórios a particulares, instituições filantrópicas e governos imperial, provincial e municipal. Segundo Godoi, o gabinete chefiado

por Bernardo Pereira de Vasconcelos, “parece ter se prodigalizado na distribuição dos serviços dos africanos livres” (p. 159). Em 1840, Justiniano José da Rocha que também arrematara alguns africanos, defenderia em seu jornal, o “Brasil”, a política de Bernardo Pereira de Vasconcelos no que dizia respeito às concessões.

Em várias passagens dos muitos versos que produziu, Paula Brito se manifestaria contra o preconceito de cor. A acolhida amável que sempre recebeu dos homens cultos e mesmo de políticos importantes devia, muitas vezes, fazê-lo esquecer da própria origem. Por isso ter sido excluído da lista de futuros sócios do Clube Fluminense foi grande decepção. O clube fora criado em 1853, em casa vizinha à tipografia de Paula Brito, na Praça da Constituição, e a denúncia de que o editor tivera o nome riscado da lista de sócios foi motivo de protesto em carta publicada no *Diário do Rio de Janeiro*. Ali, um amigo ou admirador de Paula Brito diz que aquele editor era “tão digno de pertencer a essa sociedade [o Clube Fluminense] como todos os demais senhores” (p. 187) nela incluídos. A indignação do missivista era explicitamente devida ao fato de que Paula Brito não fora aceito por ser “homem de cor!!” (p.188) Naquele momento, lembra Godoi, Paula Brito era o proprietário do maior empreendimento gráfico do Império. A cor de Paula Brito também seria lembrada em um discurso proferido na missa de sétimo dia de

seu falecimento. O orador, em meio aos tantos louvores às suas realizações, referiu-se à “mão escura” de Paula Brito, “que todos os grandes estreitavam com efusão d’alma”, o que também foi motivo de escândalo. Um negro podia até ser aceito naquela sociedade, desde que sua cor nunca fosse mencionada. Nem para excluir, nem para aplaudir.

Rodrigo Camargo Godoi apresenta a trajetória de Paula Brito como homem de negócios a partir da aquisição da livraria, em 1831, até a formação de uma firma de grande porte como a Empresa Tipográfica Dois de Dezembro. A ascensão do gráfico aprendiz foi meteórica. Em novembro de 1831, Paula Brito comprou a loja do primo Silvino José Almeida e, já no final do ano seguinte, instalaria ali o prelo que deu origem à Tipografia Fluminense de Brito & Co. Em 1835, em sintonia com a transformação política de Paula Brito, a empresa passou a se chamar Tipografia Imparcial de Brito.

Rodrigo Godoi demonstra que foi o caráter diversificado do comércio que Paula Brito fazia em seu estabelecimento que garantiu sua sobrevivência nos períodos de menor movimento no mercado de impressos e a posterior ampliação da empresa. Quando adquiriu a livraria do primo, Paula Brito manteve o já então lucrativo serviço de encadernação, mas sua loja vendia, além de livros e jornais,

água de colônia, brinquedos, carteiras, charuteiras, charutos de Havana

e da Bahia, canivetes, canetas, chá, escovas para unhas e dentes, navalhas, pentes de cabelo, sabonetes, entre outros itens”. (p. 181)

Foi esse sortido comércio que o ajudou a se tornar, já em meados da década de 1840, o proprietário de uma das melhores tipografias do Rio de Janeiro. Padrão ainda mais elevado a partir de outubro de 1844, com a aquisição de um grande prelo mecânico.

Diante do sucesso, Paula Brito decidiu ampliar a tipografia transformando-a na Empresa Tipográfica Dois de Dezembro, cujas ações começaram a ser vendidas no final de 1850, sob o beneplácito do imperador, que concedeu-lhe o título de Impressor da Casa Imperial, com direito a ostentar as armas do Império na fachada da loja e em suas publicações. Dois de dezembro era a data do aniversário de d. Pedro II e também de Paula Brito, dezesseis anos mais velho que o imperador. A loja foi ampliada, incorporando outras edificações na Praça da Constituição e na rua da Lampadosa. As atividades da gráfica incluíam: tipografia em grande escala; litografia; estamperia e encadernação.

Mas, bem mais rápido do que o sucesso, veio a ruína e, entre 1856 e 1857, a Dois de Dezembro entrou em concordata e logo declarou falência. A ascensão e queda de Paula Brito no mundo dos negócios é apresentada de forma minuciosa no livro, a partir de exaustivo levantamento documental. Rodrigo

Godoi acompanha o processo de crescimento, a partir da análise dos diversos elementos que se combinavam para a obtenção do sucesso empresarial na primeira metade do XIX: amizades influentes; atuação política no partido certo (o conservador); jornais próprios; experiência no ramo; e a relativa facilidade de acesso à família imperial. Tudo contribuiu para o sucesso do empresário Paula Brito, mas, naturalmente, seus talento, ousadia e sorte tiveram papel decisivo.

Essas qualidades não impediram, no entanto, que as circunstâncias econômicas da década de 1850 e algumas jogadas financeiras arriscadas provocassem a debacle da Dois de Dezembro. O processo é detalhado pelo autor através da análise da correspondência e da documentação comercial. Nem por ser tema árido, a narrativa deixa de comover pela dramaticidade das situações vividas por Paula Brito acossado pelos credores e se movimentando em meio a um cipoal de expedientes jurídicos na tentativa de evitar o desastre final. Desfecho lamentado pelos tantos amigos e admiradores do empresário na imprensa do Rio de Janeiro, que anunciavam:

Hoje continua o leilão do Paula Brito que está passando pelo desgosto de ver sua vida perdida com tanto trabalho. (p. 239)

O próprio Paula Brito usaria as páginas de seu segundo e também longo jornal, a *Marmota*, para

agradecer a solidariedade que vinha recebendo e relembrar a própria contribuição ao progresso das letras no Brasil:

Apesar do nada que somos, se déssemos à luz a resenha dos nossos atos, do que temos feito e do que conosco se tem praticado; a mais de um artista, a mais de um negociante, ficaria servido de exemplo a nossa humilde história, assim como também temos a certeza de que havia isso de incomodar a mais de uma pessoa. (p. 240)

Segundo Rodrigo Godoi, a profissionalização do editor enquanto atividade distinta do simples impressor, começara a ser estabelecida justamente, no contexto em que Paula Brito passara a publicar livros. Para seu sucesso foram importantes, além da vocação natural para aquela profissão que nascia, os laços de amizade que o ligaram à maior parte dos autores que publicou. O primeiro autor importante editado por Paula Brito foi Gonçalves de Magalhães, tendo saído dos seus prelos o polêmico poema em versos *Confederação dos Tamoios*, inclusive a rica edição limitada feita por encomenda para d. Pedro II. Mas o grande nome da literatura brasileira que esteve mais próximo de Paula Brito foi Joaquim Manuel de Macedo. Macedo publicou, em 1844, pela Tipografia Imparcial, sua tese de Medicina que ostentava título bem literário: *Considerações sobre a nostalgia*.

A amizade vinha de muito antes, conforme o próprio Paula Brito re-

gistrou na *Marmota*, datando-a de 1832, quando Macedo “embirrou de simpatizar” com ele. Ao que parece porque, naquele tempo, ambos eram admiradores de Cipriano Barata e o cantavam em seus versos. O fato é que, se Macedo não publicou com Paula Brito seus primeiros romances, entre 1854 e 1856, publicaria cinco livros pela Empresa Tipográfica Dois de Dezembro. Seguiria depois compartilhando com Paula Brito inovações como a edição em livro da peça *Luxo e vaidade*, que foi encenada, pela primeira vez, a 23 de setembro de 1860 no teatro Ginásio Dramático. Depois da estreia, o editor empenhou-se para angariar subscrições para a publicação do livro com o texto da peça, obtendo 800 assinaturas entre particulares e livreiros que compravam em lotes para revender em suas lojas. A partir do bom resultado dessa empreitada, Macedo daria decidido apoio a Paula Brito na frustrada tentativa de criar uma Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas e Musicais, fundo destinado a financiar a publicação de peças de teatro como *Luxo e vaidade*.

Essa e outras empreitadas são apresentadas neste livro, a demonstrar que Paula Brito foi um ativo agente do progresso das letras no Brasil, procurando formar instituições voltadas para o estímulo à produção de textos literários brasileiros. Além da publicação de folhetins e dramas na *Marmota*, o editor direcionou seus esforços para criar, em 1847, o *Arquivo Romântico Bra-*

sileiro, exclusivamente dedicado à publicação de romances e para fazer da Dois de Dezembro um estabelecimento literário. Dentre os escritores que ajudou, destaca-se Teixeira e Sousa, amigo cuja biografia espelhava a do protetor e que morreu quinze dias antes dele. A Paula Brito, Teixeira e Sousa, homem de origem modestíssima, deveu não só a publicação de suas obras, mas o apoio na criação de um estabelecimento tipográfico e, posteriormente, na obtenção de um bom emprego público.

Classificado por um contemporâneo como “o elo máximo de uma grande cadeia de amigos” (p. 323), Paula Brito fez de sua livraria, ainda na década de 1830, ponto de encontro de homens de letras das mais diversas extrações sociais. Com o tempo, os amigos que se reuniam informalmente ali resolveram dar o jocoso nome de Sociedade Petalógica — de petas, ou seja, mentiras — a essa confraria de pessoas “mais ou menos instruídas” que, na verdade, queria mesmo era se divertir. Machado de Assis, um dos sócios da Petalógica, conta que todo tipo de gente frequentava essas reuniões:

os políticos, os poetas, os dramaturgos, os artistas, os viajantes, os simples amadores, amigos e curiosos, [...] aquilo era a família da rua – le ménage en ville (p. 263)

que se reunia só para conversar. Dela faziam parte, além de Machado de Assis, pessoas como Joaquim Manuel de Macedo, Laurindo Rabelo,

Justiniano da Rocha, Emilio Zaluar, José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco), Justiniano José da Rocha, Teixeira de Sousa e Euzébio de Queirós. Apesar de seu caráter informal, as atividades da Petalógica por vezes ecoavam nas páginas da *Marmota Fluminense* através de narrativas fantasiosas e irreverentes.

Sociável, brincalhão, sempre com um “gracejo nos lábios”, amante do entrudo, capaz de criar versinhos ma-

liciosos como os do lundu “A marrequinha”, o Paula Brito que se revela neste livro, era homem de agradável convívio. Deveu a essa qualidade muito do que fez e do que conquistou. Ao procurar abarcar, em seus múltiplos aspectos, a trajetória e a personalidade desse editor que viveu no Brasil, entre o primeiro e o segundo reinados, Rodrigo Camargo de Godoi fez bem mais do que dar uma contribuição à história do impresso no Brasil, como prometera em seu prefácio.

Isabel Lustosa

Fundação Casa de Rui Barbosa

ilustosa@rb.gov.br